

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução



Antonio Rueda e Ciro Nogueira, do União e do PP

Lula ajuda a escalar time de Flávio Bolsonaro

No ofidiário onde vivem as maiores e mais venenosas cobras de Brasília, aposta-se pesado que União Brasil e PP vão entrar para fazer número na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL). Vestirão a camisa, mas sem deixá-la molhada de suor.

Isso, por um pacto de boa convivência com Lula (PT). Como não seria viável nem politicamente explicável o apoio desses dois partidos ao presidente, o melhor seria reforçar Flávio, o adversário favorito do presidente.

A tese ajuda a explicar a saída de Ronaldo Caiado, governador de Goiás, que trocou o União pelo PSD ao perceber a dificuldade que teria para viabilizar sua candidatura presidencial na antiga legenda.

Codevasf e Caixa

A existência de outras candidaturas de direita é até estimulada pelo bolsonarismo, já que dificultaria uma vitória de Lula no primeiro turno.

União e PP têm cargos importantes na estrutura federal. Presidente da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), Lucas Felipe de Oliveira foi indicado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União). PP mantém diretorias na Caixa.

Divulgação/Agência Cora Coralina



Ronaldo Caiado anunciou ida para o PSD

Em busca da vaga

Ao notar que poderia ser rifado, Caiado tratou de mudar de partido para tentar viabilizar sua candidatura, um movimento acertado com o primogênito do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A conversa foi confirmada ao Correio Bastidores pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordenará a a campanha presidencial de Flávio.

Caiado agora precisa vencer a disputa interna no PSD. Em tese, o favorito para ficar com a vaga de candidato a presidente é o governador do Paraná, Ratinho Junior.

Caminho de Ratinho

Caiado, porém, conta com a possibilidade de Ratinho, ligado ao presidente do partido, Gilberto Kassab, trocar a empreitada por uma candidatura ao Senado.

O governador paranaense tem 44 anos e, portanto, muitas eleições a disputar e, no Senado, poderia conquistar uma visibilidade nacional. Já Caiado, com 76, sabe que 2026 pode ser sua última chance.

De saída

O MDB jogou a toalha em relação ao futuro eleitoral e partidário da ministra do Planejamento, Simone Tebet, que concorreu pelo partido na eleição presidencial de 2022. Ao dizer que fará o que Lula achar mais adequado, ela sinalizou que trocará o Mato Grosso do Sul por São Paulo.

Alternativas

Ainda não está claro o que Lula vai preferir. Em tese, Simone tentaria o Senado, mas não está descartada a possibilidade de ela concorrer ao governo, provalmente pelo PSB (neste caso, o também ministro Márcio França abriria mão de disputar o cargo). Isto, se Fernando Haddad não for empurrado para a briga.

De bombachas

Boa parte do mundo jurídico se espantou com o discurso feito pelo ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal, na reabertura do Ano Judiciário. As indiretas quase diretas por ele desferidas na solenidade foram surpreendentes num universo tão cheio de rapapés e formalidades.

Os alvos

No centro do alvo ficou Dias Toffoli, que tanto tropeçou no caso do Master. Fachin disse que os ministros “respondem pelas escolhas que fazem”. Sobrou também para o ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União, que também se enrolou na história do banco. Fachin criticou “a criação de soluções à margem das instituições”.

Xandão

Alexandre de Moraes recebeu um discreto pito. Fachin fez um carinho no colega ao destacar o papel do STF na preservação da democracia. Mas frisou ser hora de ponderações e de autocorreção, de reconhecer a “tripartição real de poderes”. De saber “ser forte o suficiente para não precisar fazer tudo”.

Seguro

Ao anunciar publicamente a elaboração de uma proposta de um código de ética para a corte, Fachin constrangeu os ministros que, por baixo das togas, conspiravam contra a iniciativa. Ao delegar a relatoria para Cármen Lúcia, diminuiu as chances de a iniciativa ser sabotada dentro da própria corte.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Presidentes pregaram harmonia entre os poderes

Na volta, Câmara aprova MP do Programa Gás do Povo

Alcolumbre, Motta e Fachin defendem pacificação

Por Gabriela Gallo

Pacificação

Nesta segunda-feira (2), primeiro dia do retorno dos trabalhos do Poder Legislativo, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória (MP) nº 1.313/2025 que institui o programa social Gás do Povo, que amplia o acesso ao gás de cozinha para famílias brasileiras. O texto, aprovado por 415 votos favoráveis, 29 contrários e duas abstenções, segue para análise no Senado Federal. A proposta beneficiará 15 mil famílias.

A MP amplia o programa Vale-gás, firmado na gestão Jair Bolsonaro (PL), que concedia a cada dois meses um crédito para auxiliar famílias de baixa renda na compra de botijão de gás de cozinha de 13kg. O valor variava conforme o preço médio do gás. A MP 1313 determina que, em vez de depositar o dinheiro na conta das pessoas cadastradas, as famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) receberam um voucher que poderão trocar por um botijão de gás em pontos de revenda credenciados ao projeto.

O deputado federal Luiz Lima (Novo-RJ), contrário à medida, criticou as revendas credenciadas ao programa, alegando que a medida limita os brasileiros a terem acesso ao gás de cozinha. Na visão do parlamentar, o ideal seria as famílias receberem o valor e escolherem onde retirar o botijão.

Horas antes da sessão no plenário da Câmara, ocorreu a sessão de abertura dos trabalhos do poder Legislativo. Na sessão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), defendeu a independência e a harmonia entre os poderes.

“Precisamos, mais do que nunca, de diálogo, de bom senso e de paz. Paz entre os grupos que defendem ideologias diferentes. Paz entre as instituições nacionais, paz entre os poderes da República. Defender a paz nunca foi nem nunca será sinônimo de omissão. Nosso desejo de paz não significa que tenhamos medo de luta. Nossa luta é pelo Estado de Direito, nossa luta é pelas prerrogativas parlamentares e pela autoridade do Congresso Nacional”, destacou Alcolumbre.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, reiterou que a defesa das instituições, tal como o diálogo entre os poderes, será uma das prioridades do Judiciário para o ano.

“É tempo de defender as instituições e o diálogo republicano para o bem do país”, destacou Fachin.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi na mesma linha de defesa da harmonia entre os poderes.